

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA

ERIKA RAMOS JANUARIO

PRESENÇA DA TEORIA MARXISTA NO CURSO DE
AGROECOLOGIA NA ESCOLA MILTON SANTOS: UMA
ANÁLISE PRELIMINAR

MARINGÁ

2012

ERIKA RAMOS JANUARIO

**PRESENÇA DA TEORIA MARXISTA NO CURSO DE
AGROECOLOGIA NA ESCOLA MILTON SANTOS: UMA
ANÁLISE PRELIMINAR**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,
apresentado como parte dos requisitos
necessários para a conclusão do curso de
Pedagogia da Universidade Estadual de
Maringá.

Orientação: Prof. Dr. Ademir Quintilio
Lazarini

MARINGÁ

2012

ERIKA RAMOS JANUARIO

**PRESENÇA DA TEORIA MARXISTA NO CURSO DE
AGROECOLOGIA NA ESCOLA MILTON SANTOS: UMA ANÁLISE
PRELIMINAR**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,
apresentado como parte dos requisitos
necessários para a conclusão do curso de
Pedagogia da Universidade Estadual de
Maringá.

Aprovada em 16/11/2012.

BANCA EXAMINADORA

Ademir Quintilio Lazarini

Marcília Rosa Periotto

Rosângela Aparecida Mello

DEDICATÓRIA

Em primeiro lugar agradeço a Deus, que sempre esteve ao meu lado em meio a toda a caminhada nos momentos de vitórias e também nos de provação.

A minha família, e principalmente a minha mãe Denise, por nunca medir esforços para realização dos meus estudos, determinada a me auxiliar a todo o momento e, principalmente, em toda minha trajetória acadêmica.

Ao meu orientador, o professor Ademir, que, na realização dessa pesquisa, me orientou e abriu as possibilidades de novas reflexões com a sua atenção e profissionalismo, auxiliando-me em todas as etapas dessa pesquisa e estando presente na escrita de cada página desse trabalho.

A todos os companheiros da Escola Milton Santos, e principalmente a Dominique, que deu toda atenção e me auxiliou em todas as dúvidas sobre a escola.

Aos meus amigos que me deram força e tiveram paciência, e principalmente ao meu amigo Marcos Paulo.

RESUMO

Este trabalho analisou a presença da teoria marxista no Curso Técnico em Agroecologia da Escola Milton Santos, PR. Esta escola está inserida no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Embasados em estudos preliminares da obra marxiana e de autores filiados a ele, procuramos investigar o nível de inserção do marxismo no Curso Técnico em Agroecologia da escola. Para tanto, utilizamos, além de textos do referencial marxista, obras que tratam da história e da educação do MST, bem como estudos e documentos da escola. No processo de elaboração da pesquisa, foi realizada, além das pesquisas bibliográficas, a execução de um questionário com o Coletivo de Acompanhamento Político Pedagógico (CAPP).

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Sem Terra, Marxismo, Curso Técnico em Agroecologia.

ABSTRACT

This work examined the presence of the Marxist theory in the Agroecology Technical Class from Milton Santos School, located at the state of Paraná, Brazil. This school is part of the Landless Workers' Movement (MST). Based on preliminary studies of Marx's work and related authors, we investigated the insertion level of Marxism in the schools' Agroecology Technical Class. For this purpose, we used, besides of works about the Marxist theory, works about the MST's history and education, plus school's studies and documents. For the research's development, we made literature searches and a form, made together with the Political-Pedagogical Monitoring Colletive (CAPP).

KEYWORDS: Landless Workers' Movement (MST), Marxism, Agroecology Technical School.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	MOVIMENTO SEM TERRA E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA....	8
2.1	GÊNESE E TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA.....	8
2.2	A LUTA POR UMA EDUCAÇÃO E ESCOLA	12
2.3	PRÁTICAS NO CURSO TÉCNICO EM AGROECOLOGIA NO MST/ PR	14
3	CARACTERÍSTICAS GERAIS DA ESCOLA MILTON SANTOS E DO CURSO TÉCNICO EM AGROECOLOGIA	17
4	PRESSUPOSTOS DA PRESENÇA DO REFERENCIAL TEÓRICO MARXISTA NA EMS: QUESTIONÁRIO	21
5	PRESSUPOSTOS DA PRESENÇA DO REFERENCIAL TEÓRICO MARXISTA NA EMS: PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	24
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
	REFERÊNCIAS.....	29
	ANEXOS.....	30

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa objetiva analisar a presença da teoria marxista no Curso Técnico em Agroecologia da Escola Milton Santos (EMS), em Maringá, PR. Essa escola insere-se no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o qual constitui-se em um movimento social que teve seus primeiros contornos no final do ano de 1970, com a finalidade da Reforma Agrária e a luta contra a exploração capitalista no campo.

A temática escolhida para a elaboração desta pesquisa está ligada à experiência de uma visita realizada na Escola Milton Santos, durante o curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá, disciplina de *Estágio Curricular Supervisionado de Identidade Profissional*. Por meio de conversas informais, verificação dos materiais da biblioteca e da presença do grupo de estudo e divulgação denominado “Espaço Marx”, compreendemos que na escola em pauta existem alguns aspectos do referencial teórico marxista, principalmente ao obtermos o conhecimento de que a primeira turma de Agroecologia foi nomeada “Karl Marx”. Com as primeiras pesquisas realizadas na escola, junto aos coordenadores do Coletivo de Acompanhamento Político Pedagógico (CAPP), constatamos que realmente existe a influência do pensamento marxista. Assim, o ponto de partida para a realização desta pesquisa, foi a curiosidade do nome da primeira turma de agroecologia “Karl Marx”. Essa curiosidade, surgiu, ao realizarmos Projeto de Extensão com a leitura da obra de Marx intitulada “O Capital”, assim, ao aproximarmos das leituras de Marx, e com a visita na Escola Milton Santos, os questionamentos passaram a ser : Que tipo de influência esse referencial teórico exerce nas práticas educacionais do curso? Quais materiais marxistas se fazem presentes na formação desses alunos.

Contudo, desde o início de nossas investigações, ficou claro que seria errôneo afirmar que na escola exista somente a presença do referencial teórico marxista, pois esta não pressupõe, por si mesma, que a escola tenha uma orientação de caráter totalmente marxista, bem como que seu corpo educacional seja majoritariamente marxista.

Para expor o nosso objeto de pesquisa, primeiramente, refletimos sobre a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais e da educação do movimento, pois a Escola Milton Santos é pertencente e composta por alunos do MST. Nesse sentido, buscamos, inicialmente, apresentar neste trabalho a trajetória da formação do MST para compreendermos que este não surgiu de forma simples, sua gênese resulta do processo histórico do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro visando à luta pela Reforma Agrária.

Ao situarmos o Movimento Sem Terra, é fundamental pensarmos na educação e aprendizagens ocorridas em seu interior. Assim, apresentamos a educação escolar do movimento para a compreensão de que as lutas realizadas na formação do MST desencadearam a necessidade de uma educação específica, sendo agroecológica para os pequenos agricultores e para os assentados e acampados. Assim, a educação se torna uma das principais oportunidades em oferecer aos pequenos camponeses um conhecimento que vise à luta contrária das relações sociais capitalistas por meio de estudos históricos, políticos, econômicos e das relações sociais.

No que tange à educação do MST, fazemos uma reflexão sobre o Curso Técnico em Agroecologia. Assim, não deixamos de considerar a importância que os Cursos Técnicos em Agroecologia exercem nos alunos, pois além de ser a busca de uma agricultura sustentável voltada para o bem estar humano, busca também, desenvolver um novo ser social que valoriza o meio ambiente acima do capitalismo e do lucro. Assim, apresentamos de forma breve o Curso Técnico em Agroecologia para obtermos embasamentos na compreensão do Curso em Agroecologia da Escola Milton Santos.

Isto posto, passamos à exposição da Escola Milton Santos e do curso Técnico em Agroecologia. Ressaltamos as características básicas da escola e a importância do curso para esta.

Definidas as principais características do movimento e da escola, temos embasamentos para apresentar as concepções do marxismo na escola, sendo primeiramente apresentada por um questionário composto por nove perguntas, realizado com coordenadores e participantes do Coletivo de Acompanhamento Político Pedagógico (CAPP) da Escola Milton Santos, tendo como ênfase questões acerca da existência dos pressupostos da teoria marxista na escola.

Por fim, apontamos pressupostos teóricos do marxismo na Escola Milton Santos segundo autores como Bauer (2009), Lima (2011) e Guhur (2010), além de documentos e artigos sobre a escola.

2 MOVIMENTO SEM TERRA E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

O Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST) é um movimento social originado no final dos anos de 1970, com o objetivo principal a luta pela Reforma Agrária e a luta contra a exploração capitalista no campo e na articulação da conquista por um Projeto Popular para o Brasil. Destacamos que, para o MST, “a reforma agrária é um instrumento para a construção de uma sociedade diferente, com igualdade, dignidade humana e justiça social para todos, com objetivo da redistribuição da terra. Para isso, precisa fazer parte de um novo modelo de desenvolvimento econômico, político e cultural da sociedade brasileira.” (MST, 2003, p. 14).

Enfatizamos que o movimento não surgiu de forma simples e linear, sua gênese resulta do processo histórico do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro. Assim, apresentamos a gênese da formação do Movimento, para, em seguida, compreendermos o surgimento e a importância da educação para o MST.

2.1 GÊNESE E TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Primeiramente, precisamos compreender que para analisar a história da educação no MST é importante conhecer o contexto histórico em que o Movimento foi gestado e desenvolvido.

Neste item, apresentamos alguns determinantes sócio-históricos do contexto da formação do Movimento. Explicamos as condições objetivas que levaram os trabalhadores do campo a se tornar Sem-Terra em função do modelo econômico introduzido no campo brasileiro.

Assim, compreendemos que o Movimento é uma forma de luta contra o modelo especificamente capitalista, imposto no campo. O desenvolvimento especificamente capitalista significa, fundamentalmente, a hegemonia de relações sociais de produção baseadas no trabalho produtivo de capital na produção agrícola. Essa relação pressupõe - relações de produções entre propriedades privadas de terra e trabalhadores assalariados que produzem mais valia. No caso do desenvolvimento agrícola brasileiro a supremacia do latifúndio - que prevalece desde os primeiros tempos coloniais com base no trabalho escravo e na predominância da produção de mercadorias voltadas ao mercado externo, transformou-se, em regra, de latifúndio mercantil com formas variadas não especificamente capitalistas para o

latifúndio especificamente capitalista. A emergência do agronegócio e a sua hegemonia atual expressam essa nova face do latifúndio no Brasil. Inclusive a predominância agroexportadora se mantém como o seu pilar fundamental.

Segundo Fernandes (1998),

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) nasceu em um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, implantada durante o regime militar. [...] na luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento capitalista. O MST é parte de um movimento histórico de luta camponesa do Brasil. Desde Canudos, Contestado, Porecatu, Trombas e Formosos, os camponeses brasileiros vêm lutando pelo direito a terra. Chegam ao final do século XX sem ainda ter conquistado, em sua plenitude, esse direito (Apud LIMA 2011, p. 39).

Nesse momento, ocorreu a mudança na agricultura conhecida como “Revolução Verde”, em que o modelo especificamente capitalista se expande para a agricultura, com a introdução de

Mecanização, insumos sintéticos (adubos, agrotóxico e fármacos), sementes híbridas e raças animais melhoradas foram as inovações tecnológicas empregadas para intensificar a produção e aumentar a produtividade do trabalho, alterando a composição orgânica do capital (GUHUR, 2010, p. 38).

A partir da inserção desse modelo de produção, as empresas fundiárias e os proprietários individuais visam a “modernizar” a agricultura de forma veloz. De acordo com Guhur (2010), com a ditadura se abrem as portas para a formação do Complexo Agroindustrial, ou seja, a aliança entre o capital agrário e o industrial. Nesse contexto, os camponeses se viram expulsos de suas terras de forma muito rápida, pois sem condições de acompanhar a “modernização”, pequenos agricultores tiveram como alternativa, segundo Guhur (2010), migrar para outras regiões ou ir para as cidades. Todavia, essas duas alternativas foram esgotadas pela falta de condição ao morar em outras regiões e com a crise da indústria brasileira, fazendo com que muitos moradores se tornassem camponeses sem-terra. Assim,

[...] do ponto de vista socioeconômico, os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas portas de saída – o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso obrigou-os a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela

terra nas próprias regiões onde viviam. E essa é a base social que gerou o MST (STÉDILE; FERNANDES, 1999 apud GUHUR, 2010, p. 42).

Nesse contexto sociopolítico, forjou-se a base que permitiu o surgimento do MST. Assim, de um lado ocorreu a concentração fundiária e do outro surgem os trabalhadores sem-terra. Estes, ao se verem expulsos das terras e com as demais alternativas esgotadas, se organizaram para lutar por terras e pela Reforma, circunstanciando assim a gênese do MST.

Com o desencadeamento de lutas isoladas realizadas pelos trabalhadores sem-terra, se amplia o ideário de desenvolver uma articulação nacional entre esses trabalhadores que estavam lutando. Desse modo, é realizado o 1º Encontro Nacional dos Sem Terras, em Cascavel, PR, em 1984, com a participação de 80 trabalhadores rurais. O MST foi criado formalmente, e

A partir desse encontro, os trabalhadores rurais saíram com a tarefa de construir um movimento orgânico, a nível nacional. Os objetivos foram definidos: a luta pela terra, a luta pela Reforma Agrária e um novo modelo agrícola, e a luta por transformações na estrutura da sociedade brasileira e um projeto de desenvolvimento nacional com justiça social. (MST, 2003)

Salientamos que nesse momento, com o desenvolvimento de diversas ocupações, se amplia o apoio de algumas entidades¹ de lutas por terras e um dos mais importantes apoios para o Movimento, naquele período, foi o da Comunidade Eclesiais de Base (CEB's) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que ampliaram o fortalecimento do MST. Dessa forma,

[...] o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), trabalhando em conjunto com as paróquias nas periferias das cidades e com as comunidades rurais, passou a contribuir na organização e na luta dos trabalhadores. As CEB's eram na época, um dos poucos lugares sociais onde os trabalhadores encontravam condições para se organizar e lutar contra as injustiças e pelos seus direitos (FERNANDES, 1998, apud CALDART, 2004 p.105).

Segundo Bauer (2009 p. 28), “quando buscamos as raízes do MST é importante afirmar que esse é um movimento que surgiu fortemente ligado à Igreja Católica. Nesse sentido, Bauer (2009) aponta que, a partir dos anos de 1970, há bastante influência da Igreja não só no MST, mas na maioria dos movimentos sociais.

¹ Algumas dessas entidades são: Central Única dos Trabalhadores - CUT, Sindicato de Trabalhadores Rurais e Operários, Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Pastoral Operária e Conselho Indigenista Missionário - CIMI. (Fonte: Caldart (2006 p. 102)).

A partir dos anos de 1990, amplia-se a entrada do capital financeiro internacional no campo. Como destaca Lima (2011), com a ampliação de empresas transnacionais na área mecaniza-se o controle do mercado agrícola e dos recursos naturais. Com a entrada em larga escala de capital financeiro, os complexos agroindustriais, na visão de Guhur (2010, p. 54), passam a se denominar “agronegócio”, caracterizando-se como “um movimento do capital financeiro mundializado sobre a agricultura”. Assim, os camponeses se viram em uma luta intensificada para a sobrevivência de produção no campo:

[...] é impossível expandir simultaneamente o agronegócio e a agricultura camponesa, pois de um lado é o território do mercado, a terra do negócio, e do outro, o território do campesinato, a terra do trabalho (GUHUR, 2010, p.68).

Pautada a questão do MST, nesse momento são aperfeiçoados os projetos educacionais e de formação política do movimento, como escreve Bauer (2009, p. 35): “estes aperfeiçoamentos contribuíram para aprofundar a capacidade de compreensão da problemática da terra e da exclusão social em nosso país”.

Nesse contexto, a luta pela Educação do Campo no Brasil passa a ser vista como um importante processo de luta para o desenvolvimento do MST, pois, com a modernização capitalista no campo, era necessário que os camponeses tentassem garantir a sobrevivência do trabalho em pequenas agriculturas, e os militantes do movimento obtivessem uma educação que se identificasse com a luta social e cultural dos grupos.

Todavia, a educação que o Estado organizava nesse momento para os trabalhadores do campo era a Educação Rural, que visava ao interesse do capital, e a esse respeito Guhur (2010 p. 98) enuncia que “essa educação caracterizava-se pela marginalização da população do campo e obtinha o caráter de política compensatória.” Portanto, era preciso uma educação que visasse aos sujeitos como protagonistas da participação no ensino, e a educação do campo se tornou o modelo de ensino que melhor se caracteriza com o movimento e os pequenos agricultores, pois ela se organiza como uma concepção de ensino de qualidade que se diferencia da educação capitalista rural, objetivando que seus sujeitos tenham o direito de serem educados no lugar onde vivem, com saberes e conhecimentos que valorizem a história do movimento.

Salientamos que no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) a política neoliberal adquiriu força inédita na economia da sociedade brasileira.

Simultaneamente, ocorreu o crescimento da territorialização do MST para 23 Estados brasileiros.

No Brasil, o MST se tornou o mais significativo movimento que luta pela Reforma Agrária e pela educação no campo, se tornando uma forma de resistência e reação dos trabalhadores e desempregados às relações sociais da produção capitalista que se desenvolveram no campo. Ao se intensificar a modernização capitalista no campo, os trabalhadores rurais excluídos do acesso à terra necessitaram reagir contra as condições sociais impostas às suas condições de existência, desenvolvendo ocupações, como a luta pelo direito de terra. O principal objetivo dessa ocupação, como já pontuamos, é a reforma agrária, com o propósito de, segundo Morissawa (2001 p. 168), “garantir trabalho para todos combinado com distribuição de renda, alimentação farta, barata e de qualidade, bem estar social, justiça e igualdade e participação efetiva da mulher”.

2.2 A LUTA POR UMA EDUCAÇÃO E ESCOLA

Ao apontar a história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ressaltamos a importância que a educação adquiriu durante o processo de formação do Movimento, pois nos anos de nascimento do MST a prioridade era a luta da terra, com o fito de alcançar a Reforma Agrária no Brasil. Mas com o começo das lutas, o Movimento percebeu que era necessário, também, fazer com que os militantes tivessem, no mínimo, os conhecimentos básicos, tanto os adultos quanto para crianças.

Lima (2011) enuncia que o Movimento recusa as práticas escolares que reafirmam o ideário da educação burguesa que visa à reprodução do capital e das relações sociais capitalistas. Como podemos observar, o Movimento se desenvolveu objetivando a luta contra a predominância do modelo especificamente capitalista no campo. Com o surgimento do movimento da Educação do Campo no Brasil, constituído em 1990, buscou-se apresentar esse modelo diferenciando-se da Educação Rural, sendo esta a educação do campo, que na visão de Guhur (2011 p. 98), “se caracteriza principalmente pela diferença da educação que se tem na agricultura capitalista expressa hoje pelo agronegócio”.

Logo, ao ampliarmos o conceito de educação para o Movimento, compreendemos que este é um importante processo de apropriação do conhecimento histórico produzido, como também é a necessidade de fornecer às famílias do MST um conhecimento contrário às relações sociais capitalistas e às diversas formas de manifestação ideológicas que buscam internalizar os valores favoráveis a essa relação.

Assim, para compreender melhor o sentido da trajetória da educação do Movimento é necessário entender que, com o desenvolvimento da luta pela terra, passa-se a discutir no Movimento a necessidade de implantação da educação para todos os assentamentos e acampamento. Dessa forma, ao ocupar as terras, é preciso também ocupar as escolas. Caldart (2004, p. 240) destaca que “como negociar geralmente não era suficiente, a palavra de ordem passou a ser, também, para as escolas: ‘ocupar é a única solução’”.

Compreendemos que a ocupação das escolas torna-se diferenciada da ocupação pela terra, pois,

Ocupar a escola significa primeiro organizá-la por conta própria, começar o trabalho e os registros já sabidos como obrigatórios, mesmo que em condições materiais precárias, e então iniciava as negociações com os órgãos públicos para sua legalização (CALDART, 2004, p.240).

Entendemos que, primeiramente, faz-se necessário organizar um local onde seja possível realizar os estudos das crianças e adultos, para que a escola seja legalizada. Todavia, essa legalização muitas vezes não ocorre de forma simples ou rápida, sendo preciso ocupar de modo efetivo a garantia da escola. Caldart (2004) aponta que se a legalização demorasse muito, as Secretarias de Educação poderiam e deveriam ser ocupadas para a agilização do processo.

À medida que se conquistava a garantia da escola para os assentamentos e acampamentos, buscava-se desenvolver uma organização que articulasse o ensino no movimento. Caldart (2004 p.241) aponta que rapidamente “as equipes de educação, compostas por professores e pessoas assentadas que se interessassem pelo assunto educacional” desenvolveram os chamados “coletivos de educação, que surgiram para garantir a eficiência e a mobilização pelo direito à escola e ajudar na troca das experiências para a formação de uma escola diferenciada”.

Os coletivos de educação com a preocupação da construção da escola, diferente daquelas da rede escolar vigente, objetivavam edificar uma educação crítica para os seus alunos, possibilitando a chance da compreensão política e econômica das relações sociais presentes no modelo econômico, e principalmente visavam, segundo Caldart (2004), a que a luta de alguma forma pudesse entrar na escola. Morissawa (2001) enuncia que a escola do Movimento deveria ser diferenciada, com a participação de professores simpatizantes pela luta, e no currículo deveria conteúdos da história e experiências do MST.

Nas primeiras escolas do Movimento, muitos professores eram funcionários do Estado ou município, e alguns não conheciam o movimento ou não simpatizavam com as lutas, tendo, inclusive, uma visão preconceituosa dos sem-terra. Ao serem convocados a exercer seu trabalho nessas escolas, Caldart (2006) postula que esses preconceitos vinham à tona, às vezes de forma bem agressiva. Essa era uma das principais preocupações do Movimento, pois se necessitavam de professores simpatizantes, apresentando aos alunos, além dos conteúdos pertinentes às séries nas quais estavam matriculados, a história do Movimento e o ensino sem preconceito.

Essa preocupação com a formação dos professores ampliou a discussão no interior do Movimento sobre quem deveria trabalhar nessas escolas. Era importante que os educadores fossem do interior do assentamento, porém a maior parte dos assentados que estavam interessados ou que já exerciam alguma função como educadores nos acampamentos e assentamentos não tinham titulação adequada. Assim, inicia-se uma mobilização para a garantia da titulação para esses professores. Segundo Caldart (2006), com primeira turma de Magistério do MST, em 1990, no Município de Braga, a discussão em torno da formação desses professores passa a ter maior espaço dentro do MST.

Consideramos que essa preocupação com a formação dos professores expressa que o MST lutaria, também, por uma formação de seus militantes que fosse além do ensino básico. Tal formação se estenderia para os cursos profissionais como o de Pedagogia e técnicos, do qual exemplificar como o curso de Agroecologia da Escola Milton Santos, de Maringá, PR.

2.3 PRÁTICAS NO CURSO TÉCNICO EM AGROECOLOGIA NO MST/ PR

Como já assinalamos, o MST desenvolveu-se como forma de luta contra o modelo especificamente capitalista no campo. Por meio desse desenvolvimento, foi necessário propor a criação de uma nova ação e de uma nova política dos camponeses e trabalhadores do campo que enfrentasse o modelo agrário implantado pela modernização capitalista do campo no Brasil. Esse enfrentamento deveria se dar a partir de uma matriz agrícola diversificada, sendo esta a da Agroecologia.

A produção do agronegócio, realizada em grande escala, com o uso, em regra, do número de força de trabalho altamente produtiva, adubos químicos e agrotóxicos, não tem sido acessível para os pequenos agricultores, tanto pela extensão da terra como pela destruição dos recursos naturais. Assim, com a hegemonia do agronegócio no processo de

produção da agricultura, foi imprescindível a criação de um Projeto Popular de Campo que confrontasse o modelo de agricultura e as políticas neoliberais.

Nesse sentido, a construção da base do curso de Agroecologia tem anseio e a necessidade de colaborar com Projeto Popular do Campo. Assim, compreendemos que a Agroecologia,

[...] promove um embate direto com o latifúndio, porque Agroecologia não consegue ser desenvolvida pelas grandes propriedades capitalistas, e também o embate com o agronegócio, no momento que valoriza o resgate das sementes crioulas em oposição às sementes transgênicas, faz o embate contra a dependência e dominação das empresas transnacionais e a lógica de mercado; melhor aproveitamento possível dos recursos que temos à nossa disposição e sob o controle dos agricultores e agricultoras nos assentamentos (TONÁ 2006, apud LIMA 2011 p. 106).

Considera-se que as práticas em Agroecologia para o MST configuram-se na busca de uma agricultura sustentável, desenvolvendo um novo ser social, pois acredita-se que ao usar esse modo de produção os assentados/acampados têm a possibilidade de ampliar e adquirir relações que ajustem os valores de defesa contra o modelo de produção essencialmente capitalista no campo. Assim, o MST se coloca como sujeito político empenhado na mudança do campo por meio da Reforma Agrária, e para conquistar essa luta é necessário que diante das dificuldades de produção os assentados e acampados tenham a chance da negação da reprodução das formas de produção capitalista no campo, como o Agronegócio, que leva a exploração e acumulação de capital.

O MST, para concretizar a sua luta pela Reforma Agrária e o aperfeiçoamento dos processos formativos, sociais e produtivos, se apropriou das práticas que têm como base a Agroecologia. Em suma, o curso Técnico em Agroecologia ganha espaço nas discussões, sendo visto como uma forma viável para a produção agrícola e um meio alternativo na agricultura, que visa a tornar a produção mais sustentável e realizar a soberania na produção alimentar em relação ao domínio dos grandes grupos econômicos capitalistas que controlam a produção no seu conjunto agrícola.

O ensino de Agroecologia se organiza nas modalidades de Curso Técnico em Agroecologia, de caráter Pós-Médio. O Ensino Médio Integrado e o Tecnólogo em Agroecologia são modalidades que visam ao processo formativo de seus alunos, objetivando na contribuição da construção de um projeto de produção alternativa no campo, tendo como características principais as potencialidades da agricultura familiar camponesa, “respeitando o meio ambiente e forjando novas relações sociais” (PARANÁ, 2010, p.6).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais deparou-se também com a necessidade de formar técnicos entre os próprios sem-terra, para que estes possam estar capacitados a trabalhar nas terras assentadas, desenvolvendo uma produção de subsistência de qualidade e que atendesse a comunidade dos assentados. Portanto, o Curso Técnico em Agroecologia,

[...] se faz necessário em função de atendimento aos anseios das comunidades camponesas, às necessidades de qualificar a escolarização, a técnica e politicamente os trabalhadores e as trabalhadoras rurais, para atuar em projetos de Reforma Agrária e comunidades de pequenos agricultores e às perspectivas de continuidade através da integração do curso médio com a formação técnica (PARANÁ, 2010, p.3).

O curso Técnico em Agroecologia baseia-se no método pedagógico cujos elementos básicos são a alternância, os tempos educativos, o trabalho, a coletividade e a estrutura orgânica, a gestão democrática e a auto-organização e a pesquisa. Acerca dessa questão, enfatizamos, de forma sucinta, que o método de alternância é a combinação das atividades dos alunos no Tempo Escola (TE), aprendizagens presenciais escola, com os períodos de desenvolver trabalhos dirigidos da escola em sua comunidade, denominando Tempo Comunidade (TC). De acordo com Guhur (2010, p.157), “o TE tem variado em média de 45 a 70 dias, e o TC de 60 a 90 dias”.

No Paraná, existem atualmente (2012) quatro escolas técnicas. O Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO), em Laranjeiras do Sul; o primeiro centro de formação para os assentados de Reforma Agrária no Estado do Paraná. As outras escolas são: Escola José Gomes (EJG) em São Miguel do Iguaçu, fundada em 2000; Escola Milton Santos (EMS) em Maringá, fundada em 2002; e a Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA) na Lapa, criada em 2005.

Nos próximos itens, abordamos a Escola Milton Santos e o Curso Técnico em Agroecologia da escola, para em seguida tratarmos do tema que nos propomos a estudar e analisar: a presença do marxismo na Escola Milton Santos.

3 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA ESCOLA MILTON SANTOS E DO CURSO TÉCNICO EM AGROECOLOGIA

A Escola Milton Santos (EMS) é um centro de ensino do campo localizado na zona urbana do município de Maringá, PR, onde funciona desde junho de 2002. Ela se localiza na divisa do município de Maringá com o município de Paçandu. A área tem 76,92 ha., e antes da existência da escola era constituída por prédios inacabados de uma indústria de cerâmica que estava abandonada desde 1982. A obra havia sido embargada pela justiça em função de irregularidades e em 1988 o terreno passou a pertencer à prefeitura, mas continuou em estado de abandono, utilizado apenas como depósito de lixo e para retirada de cascalho e basalto (resultando em grave devastação ambiental), e também se constituía em espaço para prostituição e drogadição (ESCOLA MILTON SANTOS, 2003).

A Escola Milton Santos é considerada popular, mas não está ligada à rede pública de ensino. Objetiva a formação plena dos alunos, sendo técnica e política, objetivando desenvolver, concomitantemente, as habilidades técnicas e científicas em Agroecologia e a criticidade da realidade social em que seus alunos vivem. Sua meta é:

[...] se constituir como um Centro de Educação do Campo em vista de elevar o nível de formação política e cultural, educação e capacitação de jovens e adultos do campo. Participar na construção de um projeto de humanização das pessoas que possibilite formação de sujeitos sociais na construção de um projeto de desenvolvimento do campo e do país comprometido com a soberania nacional, com a Reforma Agrária e outras formas de desconcentração da renda e da propriedade, com a solidariedade, com a democracia popular e com o respeito ao meio ambiente (ESCOLA MILTON SANTOS, 2003).

O Projeto Político Pedagógico da Escola Milton Santos está embasado no projeto do MST e no Método Pedagógico sistematizado pelo Instituto de Educação Josué de Castro-IEJC. Na concepção do Projeto,

[...] a formação deve ser constituída como um processo que visa ajudar a preparar militantes, estudantes e dirigentes para a ação e transformação, para o trabalho, o estudo, o cuidado com o ser humano e a natureza, para a pesquisa e a cooperação. Nesse sentido devemos ver a formação como um processo permanente de transformação humana para a prática de novos valores e de caráter humanista e socialista (ESCOLA MILTON SANTOS, 2003).

Assim, percebemos que o projeto da escola se orienta na formação social, cultural e crítica de seus alunos. A escola tem como objetivo incentivar o coletivo de seus

alunos, em que os educandos articulem as decisões no coletivo para alcançar os resultados em suas práticas pedagógicas. Podemos ver essa participação coletiva na construção das quatro esferas importante nesse espaço educativo:

Mediante as inúmeras dificuldades vivenciadas pelos sujeitos que participaram inicialmente na construção da prática pedagógica da Escola Milton Santos, os estudantes, os trabalhadores que se integraram aos diversos trabalhos na Escola, estes constituíram, no mínimo, quatro esferas importantes deste espaço educativo: a) bases para a definição sobre a estrutura de organização e funcionamento da escola; b) apontamentos sobre a forma de participação das Turmas de estudantes da e na Escola, assumindo o processo de autogestão da organização e realização do trabalho na Escola; c) questões sobre forma de construir a organicidade desta Escola, possibilitando a leitura permanente das relações vivenciadas, e d) a definição das responsabilidades do Núcleo de Base Milton Santos (constituído com os sujeitos permanentes que residem e trabalham na Escola) e das funções e linhas políticas dos Setores de Trabalho (LIMA, 2011 p.95).

Os alunos que participam dessa coletividade são moradores das regiões, noroeste, norte novo, norte pioneiro e centro oeste. Por meio da escola, eles têm a possibilidade de exercer o Curso Técnico em Agroecologia, Curso Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia, e cursos não formais em diversas áreas, e também a participação de alunos de outras escolas para encontros, seminários e eventos similares promovidos por Movimentos Sociais Populares, partidos políticos de esquerda e outras organizações. Segundo Guhur (2010, p.152), “a escola também estabeleceu uma parceria com a Universidade Estadual de Maringá para a criação do curso superior ‘Pedagogia do Campo’”.

A EMS conta com um extenso terreno, mas segundo dados da escola, menos da metade dessas terras têm aptidão agrícola ou pecuária. Assim, na parte produtiva há produção da horta agroecológica, lavoura, e na área imprópria ao uso agrícola há bovinocultura de leite. Além desses espaços, há na escola a prática da técnica da alporquia para a obtenção de mudas de grande porte e o emprego de tecnologias para uso de fontes renováveis de energia².

O curso de Agroecologia iniciou-se no ano de 2003 com a finalidade de desenvolver uma proposta de educação para o campo que se diferenciasse das técnicas convencionais, voltada particularmente ao bem estar humano e à valorização do meio ambiente. Essas perspectivas buscam confronto com os interesses estritamente capitalistas do

² Ver mais, sobre dados da EMS em: **A Escola Milton Santos**. Arquivo cedido pela instituição. Maringá, 2003.

Agronegócio, pautados prioritariamente no aumento da produtividade para maximizar os lucros do capital.

Segundo dados da escola, o curso Técnico em Agroecologia é uma parceria com o Instituto Federal do Paraná, IFPR, juntamente com os recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA. Em função da demanda existente de alunos, o curso pode ser oferecido na modalidade de pós-médio (subsequente ao Ensino Médio), com duração de 2 anos, na modalidade integrado ao Ensino Médio, com duração de 3 anos e meio, e por fim o curso integrado ao Ensino Médio de Educação de Jovens e Adultos, PROEJA, com duração de 2 anos.

Em conformidade com os dados da EMS, a primeira turma de Agroecologia, denominada “Karl Marx”, iniciou-se em 2003, e se formaram doze educandos no ano de 2005. A modalidade era pós-médio, e ao se formarem, a maioria dos alunos estava trabalhando em assentamentos ou em pequenas propriedades. Já a segunda turma recebeu o nome de Vladimir Lênin e teve sua duração de 2005 a 2008. Também funciona na modalidade de pós-médio, com a formação de 28 alunos. A terceira turma recebeu o nome de Haydée Santa Maria, formando 19 alunos durante o ano de 2006 a 2009, na modalidade integrada. Em relação à quarta turma, foi nomeada Carlos Marighella, na modalidade integrado ao Ensino Médio/ PROEJA. Teve duração de março de 2010 a junho de 2012, com a formação de 21 educandos. A formatura da quarta turma ocorreu em junho de 2012, com a participação de 300 pessoas convidadas.

No processo de formação dos alunos das quatro turmas, a escola organizou-se de maneira a direcionar a Coordenação Política e Pedagógica (CPP) e o Coletivo de Acompanhamento Político-Pedagógico (CAPP). Desse modo, cada turma tem um CAPP, e estes, além de outras atividades, também organizam o Tempo Escola e o Tempo Comunidade durante a formação do aluno. Não se trata apenas de uma formação teórica, mas exercem suas aprendizagens também na comunidade, pois segundo a filosofia do MST, “Todo indivíduo que atua numa organização precisa ter uma prática concreta de trabalho com o povo” (MST, 2002 apud LIMA 2011, p. 124).

Na acepção de Lima (2011, p. 146), o CAPP tem como finalidade garantir as linhas políticas pedagógicas, constituindo-se como uma instância de acompanhamento permanente dos educandos. Tem por função garantir a implementação das linhas políticas e dos princípios organizativos do Movimento, acompanhar, avaliar e discutir o processo pedagógico do curso com as turmas.

O curso de Agroecologia, como já asseveramos, não pode se resumir apenas à teoria acadêmica escolar (o Tempo Escola); é necessária a prática, (Tempo Comunidade) para que o aluno obtenha a chance de exercer os conhecimentos adquiridos.

Assim, o curso de Agroecologia da EMS e as demais escolas de Agroecologia do Paraná se constituem por Tempos Educativos, e segundo Lima (2011, p. 139), “no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Milton Santos, os Tempos Educativos fazem parte do currículo da escola, portanto, têm uma intencionalidade, devem ser planejados e avaliados, pois não são tempos estanques e isolados”. Assim, o Tempo Educativo se caracteriza como a organização das atividades desenvolvidas no tempo/espço da escola, trabalhando outras atividades que vão além das aulas.

De acordo com Lima (2011), há no processo formativo dos alunos de Agroecologia os seguintes tempos educativos,

[...] Tempo Formatura; Tempo Aula; Tempo Trabalho; Tempo Oficina; Tempo Reflexão Escrita; Tempo Leitura e Estudo Dirigido; Tempo Verificação de Leitura; Tempo Elaboração de Texto; Tempo Núcleo de Base; Tempo Esporte e Lazer; Tempo Notícia; Tempo Setor e Tempo Unidade de Produção Agroecológica (UPA); Tempo Auto-Organização dos Estudantes e Tempo Seminário (LIMA, 2011, p. 140).

Segundo este autor, no curso de Agroecologia da EMS manifesta-se outros dois tempos educativos específicos da escola: o Tempo Auto-Organização dos Estudantes e o Tempo Elaboração de Texto. Nesse processo formativo de tempos educativos, os alunos aprendem a organizar suas convivências sociais, organizando o tempo pessoal e o tempo coletivo.

A par dessas questões mais gerais sobre a Escola Milton Santos e o Curso Técnico em Agroecologia, pretendemos, no próximo item, evidenciar a investigação realizada na escola, e em seguida, apresentar um breve estudo bibliográfico buscando identificar se existem alguns pressupostos marxistas no Curso Técnico em Agroecologia da Escola Milton Santos.

4 PRESSUPOSTOS DA PRESENÇA DO REFERENCIAL TEÓRICO MARXISTA NA EMS: QUESTIONÁRIO

Neste item, apresentamos um questionário³ e composto por nove perguntas, realizadas junto aos coordenadores e participantes do Coletivo de Acompanhamento Político Pedagógico (CAPP) da Escola Milton Santos, além das conversas informais com estes e os alunos. Objetivamos apresentar se há pressupostos da existência do marxismo na escola tendo com ênfase o curso Técnico em Agroecologia.

Como já assinalamos, o ponto de partida da pesquisa foi acerca da curiosidade do nome da primeira turma de Agroecologia, denominada “Karl Marx”, a qual teve início em 2003, com a formação, em 2005, de doze alunos. No que tange a essa denominação, segundo os entrevistados, “isso ocorreu devido à importância do referencial teórico desse pensador para a compreensão do capitalismo nas relações sociais”.

Nesse âmbito, conforme o CAPP, “o nome de “Karl Marx” também foi escolhido por causa da possibilidade que o marxismo apresenta na superação, entendida como necessária para o avanço da Agroecologia”, pois por meio do questionário é possível compreender que para os coordenadores do CAPP, “diferentemente do capitalismo, o referencial teórico marxista visa a que o homem possa produzir em sua terra de forma sustentável, e que consiga obter a sua subsistência sem explorar uma atividade que tenha como o objetivo apenas o lucro e a exploração da força humana”.

Nos depoimentos colhidos por meio das entrevistas, podemos depreender que o CAPP acredita que existe diferenciação visível de alunos de uma escola pertencente ao Movimento em relação a alunos das demais instituições, pois segundo os mesmos, “a EMS objetiva primeiramente o respeito à sociedade, ao ser humano, e a busca pela emancipação humana”. Outra diferenciação recai sobre os alunos do curso de Agroecologia, que “além do compromisso intensificado com estudo, eles obtêm a função de contribuir em suas comunidades após os estudos, ou mesmo durante o Tempo Comunidade, período de alternância”.

³ O questionário (ANEXO 1) foi realizado com dois coordenadores e um participante do Coletivo de Acompanhamento Político Pedagógico (CAPP). À pedido dos mesmos, não iremos citar os nomes dos coordenadores do CAPP que realizaram o questionário e, portanto, colocaremos entre aspas as respostas dos entrevistados.

Essa diferenciação é avaliada como positiva para os coordenadores, pois “desenvolve a criticidade social dos alunos, com uma formação que pretende contribuir com a emancipação humana da sociedade frente ao capitalismo”.

Para o CAPP, “o referencial teórico marxiano é uma das matrizes adotadas e desenvolvidas pela escola. Para a construção do entendimento de sociedade, do ser humano e no método pedagógico, também, são utilizados pensadores marxistas como Anton Makarenko e Moisey Mikhaylovich Pistrak”.

No Curso Técnico em Agroecologia da escola, os conteúdos estudados, como filosofia, sociologia e economia política, visam a historicizar os processos da sociedade e compreender as contradições do real. Devemos enfatizar que durante a formação do Curso Técnico, esses conteúdos aparecem incessantemente no Tempo Escola dos alunos, sendo relevantes para a formação crítica e social que exercerão no Tempo Comunidade e em suas presentes e futuras relações sociais.

O referencial teórico marxista, segundo os coordenadores, “também está presente nos materiais didáticos do curso Técnico em Agroecologia, principalmente na abordagem de textos de Karl Marx e Friedrich Engels, como “O Manifesto Comunista”, e também apenas de Marx como “O Capital” e o “Salário, preço e lucro” e na realização de leituras e aprendizagens de outros pensadores marxianos, como, por exemplo, Mauro Iasi, Sérgio Lessa e Alexandra Kollontai”.

No que tange ao marxismo, esse referencial também se concretiza na práxis, e na visão dos coordenadores, “as aprendizagens práticas realizadas no Curso Técnico em Agroecologia buscam a todo instante se relacionar com os conhecimentos teóricos. Ou seja, as aprendizagens que visam à coletividade, ao bem estar, à emancipação humana, entre outras, se relacionam na formação técnica dos alunos”.

Compreendemos que ao se diferenciar das demais instituições, que visam, em regra, à formação de profissionais para o mercado capitalista, o Curso Técnico de Agroecologia da EMS propõe uma educação voltada para o bem estar social, sendo uma qualificação que os alunos levam para suas comunidades respeitando e desenvolvendo uma agricultura mais sustentável.

Conforme o questionário por nós realizado, acreditamos que o referencial teórico marxista exerce algumas influências importantes na escola e nas relações sociais dos alunos, porque no curso Técnico de Agroecologia, por meio de conversas informais, percebemos que na formação dos educandos há a abordagem de uma aprendizagem que

busque a compreensão das relações sociais existentes exclusivamente no sistema capitalista, por meio de estudos de pensadores marxistas ou com a leitura de textos do próprio Karl Marx.

Todavia, devemos ressaltar que na escola o corpo docente é formado, principalmente, por colaboradores, e, segundo o CAPP, todos simpatizam com a luta do MST, mas não necessariamente ministram suas aulas embasados nos pressupostos marxistas.

5 PRESSUPOSTOS DA PRESENÇA DO REFERENCIAL TEÓRICO MARXISTA NA EMS: PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Neste item, buscamos articular, primeiramente, a compreensão do Agronegócio relacionando-o com o marxismo e com o Curso Técnico em Agroecologia da EMS. Em seguida, postulamos que para o MST e para a EMS, no processo de formação dos alunos, os principais referenciais teóricos adotados são de educadores socialistas, como Makarenko e Paulo Freire. Por fim, destacamos de forma breve a presença da busca da emancipação humana na EMS.

Para a execução deste item, realizamos leituras de um artigo sobre a EMS (MIMEO, 2003); do Projeto do Curso Técnico em Agroecologia – Modalidade Proeja (Paraná, 2010) e de autores que discutem a educação do MST, como, por exemplo, Bauer (2009), Lima (2011) e Guhur (2010).

Como assinalamos anteriormente, o MST é a luta dos camponeses e dos sem terras pela superação das desigualdades sociais, que busca, por meio da educação, uma nova forma de produção no campo, a Agroecologia. Objetivamos apresentar, primeiramente, que conforme o debate de estudiosos do MST, com o projeto neoliberal no Brasil buscou-se ampliar o “progresso”, a partir de métodos produtivos novos tanto nas cidades como no campo. Com a inserção do Agronegócio se objetivou a modernização na forma de produção, que fosse viável para um país que visasse ao “progresso”, ou seja, ao novo. O Agronegócio teve como finalidade o processo de territorialização do capital no campo e consequentemente a depauperação do solo. Desse modo, compreendemos que o agronegócio visa a uma luta, contrária do MST e do marxismo, pois Marx já desenhava a questão ambiental do capitalismo, e entendia que

[...] cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas ao mesmo tempo na arte de saquear o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade. (MARX, 1988, apud GUHUR, 2010 p. 199).

No que se refere à Escola Milton Santos, ao se ensinar Agroecologia para os alunos, busca-se relacionar o entendimento de que não se deve “saquear o solo”, como Marx apresenta na citação anterior, mas deve-se relacionar com a natureza como parceira e não como algo a ser explorado até a exaustão.

Conforme apresentamos nos itens anteriores, a educação do MST foi desenvolvida com a perspectiva de formar homens que pensem criticamente a realidade social. Assim, a organização do próprio MST acredita que a educação e a

[...] apropriação do conhecimento deve estar à altura da construção de uma hegemonia cultura, com educadores populares fortemente influenciados pelo trabalho e proposta da educação libertadora de Paulo Freire e outros pedagogos socialistas, como Makarenko ou Mariátegui, para quem a revolução social e a criação de uma nova sociedade, qualitativamente superior à civilização burguesa, não seja um assunto exclusivamente político e econômico. Implica também uma dimensão ética e cultural. (IBAÑEZ, 1993, apud BAUER, 2009, p. 84).

Dialogando com o MST, segundo Bauer (2009), Makarenko tem servido como referência para muitas reflexões pedagógicas. A Escola Milton Santos, seguindo a educação do MST, em geral também tem como embasamento os princípios da coletividade postulados por Makarenko, e para este pensador,

A compreensão é que uma coletividade tem atribuições (tarefas e funções), portanto, cada parte tem que saber o que fazer e qual a função de cada sujeito; tem responsabilidades pessoais e coletivas (Implica que cada um saiba cobrar do outro o que compete na divisão tarefa). Na coletividade, têm-se correlações de forças (embates internos) e tem a interdependência entre as partes e o todo “ninguém tem a vida garantida sem os outros” (LIMA 2011, p. 215).

Bauer (2009) e Lima (2011) propalam que Makarenko detém muita influência na filosofia praticada pelo MST e pela Escola Milton Santos. Os autores acrescentam que este era um pensador que buscava uma sociedade comunista, sem lutas de classes, sem alienações e sem contradições.

Cientes de que a Escola Milton Santos é formada por alunos do Movimento, e que pertence ao MST, podemos encontrar em artigos sobre a escola discussões que almejam que os alunos busquem a emancipação humana e a formação de valores contrários aos do capitalismo.

Lima (2011) registra que

A organicidade, o trabalho, o estudo, a convivência são assumidos como dimensões importantes para a formação humana na prática pedagógica da Escola, sendo estas dimensões avaliadas e aprimoradas no cotidiano da vida na coletividade. São articuladas e estabelecem relações entre si no processo educativo do MST, que tem por propósito participar na formação de ser humano com valores contrários aos difundidos pela ideologia do capital.

A organização, o trabalho, o estudo e a convivência são fatores que se articulam no interior da escola para a formação coletiva dos alunos, e estes, por seu turno, tomam decisões e participam dessas formas organizadas, buscando exercer a crítica e a autocrítica, comprometidos com a escola e o social.

Com a realização do questionário, pudemos entender que o MST e a Escola Milton Santos recebem influências marxistas na maioria de seus segmentos, desde a construção do Projeto Político Pedagógico até nas relações sociais dos militantes. Algumas dessas presenças do referencial teórico analisado, que constatamos nos textos examinados, foram apresentadas neste item da pesquisa. Contudo, ressaltamos que nosso principal desafio na realização deste item foi o da carência de referências bibliográficas sobre a EMS, sendo utilizados apenas três documentos, como já asseveramos.

Mesmo com esse desafio, acreditamos que conseguimos alcançar nosso objetivo nesse item. E enfatizamos, novamente, que os textos analisados apresentam que, além do marxismo, são trabalhados no MST e na EMS outros referenciais teóricos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, nosso objetivo primordial foi analisar a existência dos pressupostos do referencial teórico marxista no Curso Técnico em Agroecologia da Escola Milton Santos, situada em Maringá, PR, pertencente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

No decorrer da pesquisa, nosso primeiro desafio foi no sentido e na busca da demonstração que, para compreender o Curso Técnico em Agroecologia da EMS, era primeiramente necessário articular aspectos da formação do MST e da educação do movimento. Assim, acreditamos que conseguimos explicitar, ainda que de maneira preliminar, essa articulação de forma satisfatória.

O segundo desafio na realização desta pesquisa, a nosso ver, reside na apresentação do questionário realizado com os coordenadores (CAPP) da EMS. Sabemos que os recursos financeiros destinados para algumas despesas da escola são provenientes do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Este órgão público que o intermedia é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Conforme Lima (2011, p.261) destaca, “existem inúmeras dificuldades em viabilizar os recursos financeiros do PRONERA para a realização dos Cursos Técnicos em Agroecologia no MST/PR”. E ainda, na acepção de Lima (2011) há uma extensa burocracia engessada no PRONERA que dificulta o atendimento concreto da demanda no Curso de Agroecologia.

Considerando as afirmações de Lima (2011), deixamos os seguintes questionamentos: Até que ponto a burocracia do PRONERA poderia intervir, direta ou indiretamente, nas práticas pedagógicas do MST, naquilo que concerne à presença da teoria marxista nos Projetos Políticos Pedagógicos e nos programas de disciplina de escolas como a Milton Santos? Esse questionamento pode ter pertinência à medida que a teoria marxiana, bem como de muitos marxistas, possuem um caráter abertamente revolucionário, que apregoa o fim da sociedade de classe, o fim da propriedade privada dos meios de produção e o fim do Estado. Se esses enunciados aparecerem claramente nos documentos das escolas, vinculados ao MST, não poderia ser um motivo para que a “burocracia” fizesse retaliações nos financiamentos dos projetos?

Nos limites dessa pesquisa, não temos condições de responder às questões apresentadas acima. No entanto, acreditamos que seria pertinente uma melhor investigação a respeito dessas problemáticas.

Dentro dos limites temporais e os de nossa formação atual, além de outras aprendizagens, tivemos a chance de constatar a presença do preconceito, em regra, na universidade e nos sistemas escolares em relação ao MST e a sua educação. Assim, acreditamos ser importante a realização de pesquisas que mostrem os principais objetivos do MST e suas propostas para educação do campo.

Registramos, por fim, algumas reflexões, pois mesmo com esse desafio, acreditamos que, ainda de maneira incipiente, conseguimos alcançar alguns de nossos objetivos durante o processo de realização desta pesquisa. Compreendemos que esse tema é de difícil abordagem, e que encontramos alguns obstáculos durante a sua execução. Mas com o estudo sistematizado de alguns pontos específicos, acreditamos que conseguimos apresentar e explicitar algumas compreensões sobre a prática educacional de um movimento social que, em alguma medida, consegue transcender os limites formalistas e pró-sistêmicos que dominam quase totalmente a educação na escola pública e privada predominante na nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BAUER, C. **Educação, terra e liberdade: princípios educacionais do MST em perspectiva histórica**. São Paulo: Edições Pulsar / Xamã, 2009.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ESCOLA MILTON SANTOS. **Apresentação da Escola Milton Santos**. Maringá, PR, 2003.

GUHUR, Dominique Michèle Periotto. **Contribuições do diálogo de saberes à educação profissional em Agroecologia no MST**: desafios da educação do campo na construção do projeto popular. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2010.

LIMA, Aparecida do Carmo. **Práticas educativas em Agroecologia no MST/PR**: Processos formativos na luta pela emancipação Humana. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: Livro I, vol. 2. 3ª. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. **A Reforma Agrária que precisamos**. São Paulo: Ed. Peres, 2003.

PARANÁ. **Curso técnico em agroecologia**: modalidade proeja. Maringá: MEC, 2010.

ANEXOS



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Departamento de Fundamentos da Educação

Orientador: Ademir Quintilio Lazarini

Aluna: Érika Ramos Januário

Questionário para coordenadores da Escola Milton Santos

Nome:

Idade: Sexo: () M () F

Escolaridade: () completo () incompleto () cursando

1- Há quanto trabalha na Escola Milton Santos?

2- Quando você se tornou coordenador (a) da Escola Milton Santos?

3- Qual é o tipo de vínculo?

() Voluntário () Concursado/efetivo () Contrato temporário () Contrato terceirizado

4- Quantas salas de aulas existem na escola? Quantas séries existem? E como estão divididas?

5- Qual relação à escola estabelece com o MST?

6- Você acredita que existe diferença nos trabalhos realizados na escola dentro de um movimento e a das demais instituições? Sim ou não?

Caso a resposta seja afirmativa responda as questões a baixo:

6- a) Quais são essas diferenças?

6- b) Como você avalia?

7- Existe inserção da teoria marxista na escola? Sim ou não?

7- a) Caso a resposta seja afirmativa, poderia citar alguns exemplos?

7- b) E para a formação dos alunos? Caso a resposta seja afirmativa, como se dá essa formação do referencial teórico nos alunos?

8- Podemos encontrar a teoria nos materiais didáticos? Sim ou não?

8- a) Caso a resposta seja positiva, poderia citar quais são os materiais?

9- A primeira turma em Agroecologia foi denominada de Karl Marx. Quais as razões que levaram a essa denominação?
